

A Agenda dos Comentadores e a “Política Nacional” nos Artigos de Opinião

Rita Figueiras, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

Abstract

Neste artigo pretende-se reflectir sobre a agenda dos comentadores da imprensa de referência portuguesa. O nosso objectivo é identificar a importância do tema “Política Nacional” nas prioridades dos colunistas e a forma como argumentam sobre a referida temática. As nossas principais conclusões salientam o predomínio da actualidade jornalística e do tema política nacional na agenda dos comentadores; a elevada estabilidade na narrativa do comentário, opiniões e valores sobre a política portuguesa, eminentemente crítica e negativa. A homogeneidade verificada leva-nos a olhar para os comentadores como uma “comunidade interpretativa”. Estas conclusões devem ser perspectivadas tendo em conta a relevância político-mediática dos colunistas e o ambiente específico português de afastamento da sociedade da vida política, patente no desinteresse pelos temas políticos, na descrença nas instituições e na elevada taxa de abstenção nos momentos eleitorais.

1. Introdução

No contexto de crescente desconfiança face às instituições democráticas e tendo em conta a relevância real e simbólica dos colunistas na sociedade portuguesa, neste artigo interessa-nos averiguar a importância do tema “Política Nacional” na agenda dos comentadores, a representação que têm da democracia no nosso país e fazer uma avaliação da qualidade do debate no espaço «Opinião» da imprensa de referência, através da análise das colunas de opinião sobre o tema referido, entre 2000 e 2005, no *Diário de Notícias*, *Público*, *Expresso* e *Visão*.

Na primeira metade dos anos 2000 ocorreram 6 actos eleitorais: duas eleições autárquicas (2001 e 2005), duas eleições legislativas (2002 e 2005), umas eleições presidenciais (2001) e umas eleições europeias (2004). Registou-se, ainda, um conjunto de momentos inéditos na democracia portuguesa. As eleições legislativas ocorreram na sequência de dois momentos críticos na vida política nacional. O primeiro foi a saída do Primeiro-Ministro, António Guterres, na sequência dos maus resultados do seu partido nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001. Este factor antecipou as eleições legislativas para Março de 2002 e conduziu ao governo de coligação PSD-CDS. O segundo momento crítico na democracia portuguesa precipitou um conjunto de ocorrências que conduziram a um dos momentos mais singulares da história recente do país, entre a segunda metade de 2004 e a primeira de 2005. Esta fase correspondeu à saída do então Primeiro-Ministro Durão Barroso para a Comissão Europeia; à indignação, por nomeação, do seu substituto, por acordo entre o Primeiro-Ministro cessante e o Presidente da República, e à demissão do PM nomeado, Pedro Santana Lopes por Jorge Sampaio.

Estes acontecimentos tiveram implicações directas nas lideranças dos partidos políticos portugueses. A demissão de António Guterres, na sequência dos resultados autárquicos, conduziu a eleições internas, assumindo Ferro Rodrigues o cargo de secretário-geral do PS. Na sequência da nomeação de Pedro Santana Lopes para substituir Durão Barroso, Ferro Rodrigues demitiu-se por discordar da decisão do Presidente da República, da mesma cor política. Esta tomada de posição provocou novas eleições internas e a chegada de José Sócrates à liderança do PS.

Este período foi, sem dúvida, um momento excepcional na vida política nacional, traduzindo-se, igualmente, num momento de particular relevo para a análise dos artigos de opinião dos comentadores da imprensa de referência sobre a democracia portuguesa.

2. Metodologia

As teorias do *newsmaking* (Wolf, 1987; Saperas, 1993; Traquina, 1993) são consensuais na afirmação de que as rotinas produtivas do jornalismo (a grelha que permite realizar uma selecção e triagem das ocorrências passíveis de se transformarem em matéria jornalística) têm um elevado grau de burocratização, ou seja, os critérios de noticiabilidade que definem o agendamento de cada órgão de informação são estáveis no tempo.

Tendo em conta que os artigos de opinião têm uma relação estreita com a agenda dos *media*, funcionando como um espaço de comentário da actualidade; o volume de artigos de opinião que são publicados por ano em cada um dos jornais analisados e a imensidão de dados com que nos iríamos confrontar, optámos por realizar o levantamento exaustivo dos temas abordados nos artigos dos comentadores no período-amostra de Janeiro, Maio e Setembro de 2000 a 2005, prefazendo um total de 6 870 peças de opinião. Neste trabalho consideramos como unidade de análise cada um dos artigos de opinião dos comentadores e os editoriais do director ou equipa editorial.

Para a realização do levantamento temático construímos uma grelha de temas¹ e para conhecermos a Opinião dos comentadores sobre a política portuguesa analisámos o que dizem sobre alguns dos componentes essenciais ao funcionamento do regime democrático: o governo e os assuntos de governação e as eleições. Esta análise centra-se no “enquadramento”, “estilo” e “tom” usados nos artigos de opinião².

O “enquadramento” propõe-nos um quadro interpretativo do modo como os comentadores debatem o tema “Política Nacional”. Construímos três indicadores de análise a partir de categorias temáticas sistematizadas em estudos sobre o padrão de cobertura jornalística do sistema político (Siegelmann e

¹ Temas: Política Nacional; Política Internacional; União Europeia; Questões Sociais; Economia; Saúde; Educação; Cultura; Crónica de Costumes (temas do quotidiano); Desporto; Religião; Justiça; Media; Temas Contemporâneos; Democracia; 11 de Setembro/Terrorismo e Outros.

² Construímos uma grelha de análise em SPSS composta por variáveis de conteúdo e formalizadas a partir de um conjunto de conhecimentos estruturados na literatura sobre comunicação política (Ferin, 2006^a).

Bullock, 2000; Serrano, 2005): “questão” (temas de substância sobre as questões públicas); “personalização/liderança” (características do político: experiência profissional, capacidade de liderança, carácter, competência, sabedoria, aparência física); “jogo/estratégia” (tática e astúcia política: posicionamento do político, sondagens de opinião. O que a literatura anglo-saxónica define por *horse race*); “sistema/cultura política” (características que enformam a prática política para um conjunto de procedimentos, Norris, 2000), E ainda a articulação entre as variáveis “questão-personalização”; “questão-estratégia”; “personalização-estratégia”; “questão-personalização-estratégia”.

A variável “Estilo” pretende definir a estrutura da argumentação ao longo do artigo de opinião, ou seja, como o comentador apresenta as suas ideias. Construímos cinco modalidades: “analítico-interpretativo/explicativo” (argumentação pedagógica, onde se faz um diagnóstico, através da explicação do contexto e das relações entre os elementos que enformam temas, decisões ou escolhas), “crítico” (estilo questionador que problematiza e coloca em causa decisões ou escolhas), “apologético” (defesa de uma determinada perspectiva, salientando os pontos positivos), “ironia” (estilo utilizado quando a escrita denotativa é contrariada por uma leitura conotativa do texto, com uma intenção, geralmente, satírica ou sarcástica), e “crítico/irónico” (combinação de ambas).

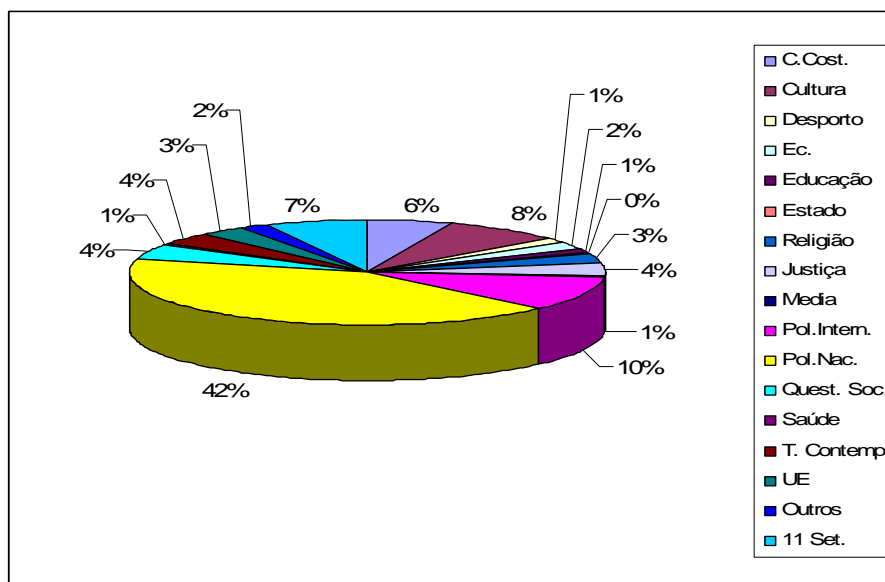
O “Tom” permite-nos conhecer a avaliação que os comentadores fazem da “Política Nacional” e dos seus principais protagonistas. Desdobrámos em seis modalidades: “claramente negativo/desfavorável”, “mais negativo/desfavorável do que positivo/favorável”; “equilibrado”; “mais positivo/favorável do que negativo/desfavorável”; “claramente positivo/favorável”; “neutral”.

Será que a discussão que decorre nas colunas de opinião orienta-se para a reflexão em torno dos temas que estão a ser debatidos (contextualização, explicação e consequência dos fenómenos)? É o espaço «Opinião» uma tribuna cívica que contribui para o esclarecimento e envolvimento público dos cidadãos?

3. O Comentário Político e a Agenda dos Comentadores

Nesta análise começamos pela caracterização da agenda dos comentadores para identificarmos a importância do tema “Política Nacional” nas prioridades dos colunistas. O gráfico 1 permite-nos conhecer a agenda dos comentadores da imprensa de referência portuguesa, entre 2000 e 2005. Ao longo dos seis anos avaliados constatamos que foram abordados um conjunto variado de temas de áreas tão diferentes como a política, economia, questões sociais, jurídicas, desporto ou religião.

Gráfico 1: Agenda dos Comentadores (2000-2005)



O que à primeira vista poderia ser um indicador da riqueza temática neste Espaço Público, uma análise mais atenta dos dados demonstra-nos que esta diversidade é mais aparente do que real. Dos 17 temas identificados, apenas dois têm valores iguais ou superiores a 10%. A "Política Nacional" é, claramente, predominante (42%), seguido da "Política Internacional", apenas presente em 10% dos artigos de opinião. A abordagem das restantes temáticas decorre, principalmente, dos assuntos que estavam na ordem do dia. Um bom exemplo é o tema "11 de Setembro", com elevado destaque em 2001 e em 2002, mas ao longo dos anos seguintes a tendência foi para o decréscimo da presença do tema nas colunas de opinião. Um número reduzido de comentários debate questões sem vínculo à actualidade. São o que poderíamos designar por comentários sobre grandes temas intemporais. Nesta categoria encontramos a maioria dos artigos escritos, por exemplo, sobre a "democracia" no sentido normativo do termo, por Guilherme de Oliveira Martins ou artigos de opinião sobre questões sociais, como "a fome", "a guerra", escritos, por exemplo, por Adriano Moreira, ou temas contemporâneos (ou pós-modernos), como o ambiente ou a qualidade de vida.

Os resultados da pesquisa permitem-nos constatar, em primeiro lugar, que a actualidade é um valor central na definição da agenda dos colunistas. Os artigos de opinião, na sua maioria, versam sobre os temas que estão na ordem do dia e deixam de abordar esses mesmos temas quando estes perdem actualidade.

Na lógica jornalística, a informação disponibilizada sob a forma de notícia não é suficiente para satisfazer as necessidades de informação do público. Nesta perspectiva, o comentário é considerado um complemento da notícia. O comentário converte-se assim num género jornalístico explicativo e contextualizante dos factos mais destacados da actualidade.

O vínculo à actualidade permite aos comentadores explicá-la às audiências e especular, em função dos seus interesses, sobre os antecedentes e as possíveis consequências da ocorrência e o leitor encontra uma interpretação dos factos que possivelmente não chegaria de forma fácil pelos seus próprios meios (Torres, 1988: 127). A este nível verificamos a correspondência entre a «Opinião» na imprensa de referência portuguesa e a dimensão conceptual do comentário, que tem como uma das suas características a actualidade dos temas em debate no espaço «Opinião».

Este factor não deve, no entanto, ser dissociado da lógica de mercado: a opinião é também um recurso para estimular a compra dos jornais e a actualidade dos comentários adquire aqui um valor de troca importante.

Como verificámos, entre 2000 e 2005, o tema predominante foi a “Política Nacional”. Ao longo dos seis anos analisados foram publicados 3 027 artigos de opinião sobre as várias temáticas em torno da questão. Os comentadores centraram-se, principalmente, em torno de três grandes temas: “Assuntos de Governação” (27%), “Eleições” (20%) e “Governo” (13%) que, em conjunto, representaram uma quota de 60% nos artigos de opinião.

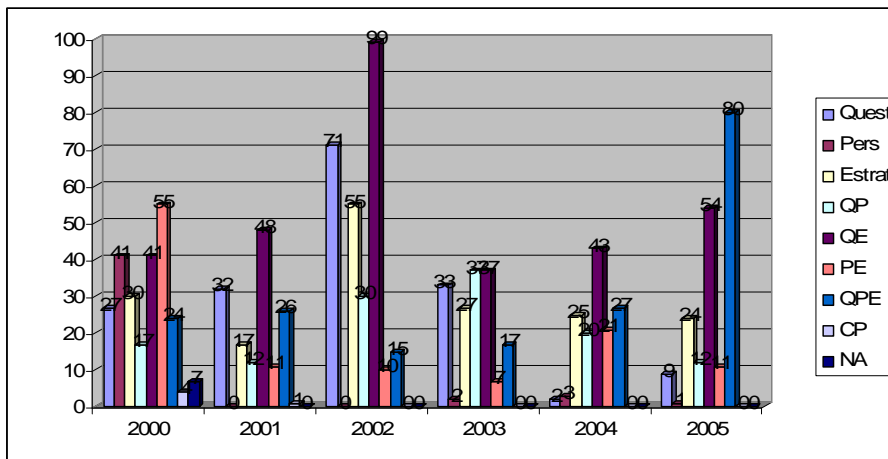
3.1. O Governo e os Assuntos de Governação

Quadro 1: Presença dos temas nas colunas de opinião

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Governo	159	84	40	41	34	26	384
Assuntos de Governação	60	58	238	108	185	161	810
Total	219	142	278	149	219	187	1194

Com a ajuda do quadro 1 constatamos que as questões em torno do Governo e da sua actuação ocuparam 39% da agenda dos comentadores. Este quadro permite-nos também constatar que com o avançar dos anos os assuntos de Governo, decisões e actuação dominaram o debate em detrimento do próprio Governo. Ou seja, o debate deslocou-se dos actores para os seus actos.

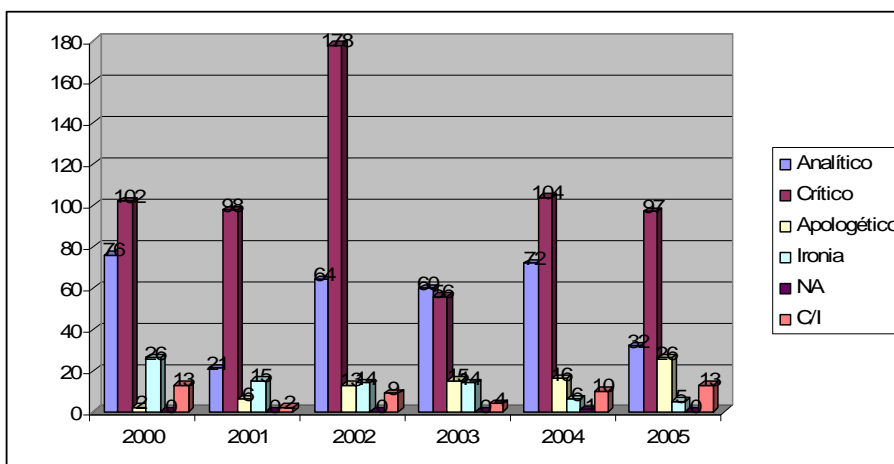
Gráfico 2: Enquadramento/Orientação por anos



O gráfico 2 permite-nos constatar que não se verificou a existência de um padrão na orientação dos comentários. Ao longo dos anos não se registam tendências consistentes na orientação das colunas de opinião. Podemos, no entanto, afirmar que no cômputo geral, o enquadramento dominante foi a “substância/questão-estratégia” e que, com o avançar dos anos, se registou o aumento e predomínio do enquadramento “questão/substância-personalidade-estratégia”.

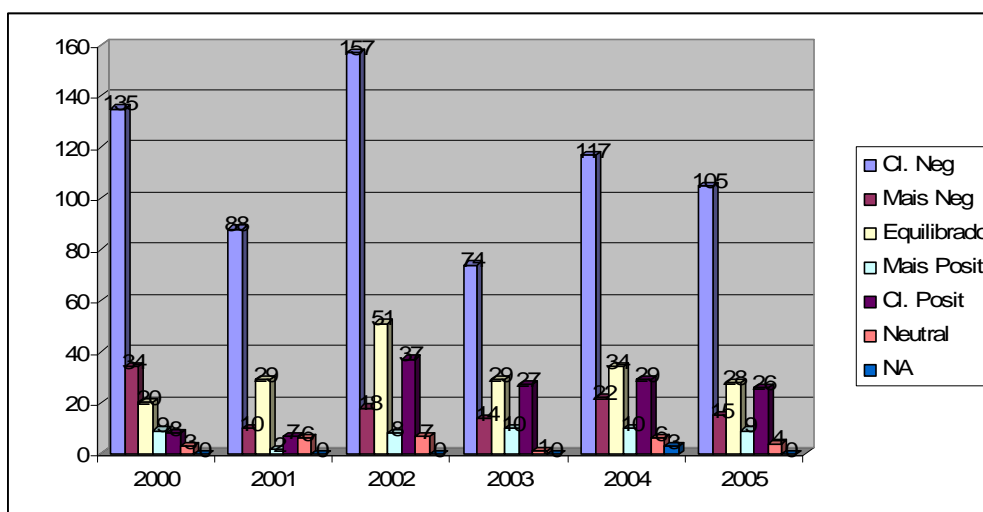
No que diz respeito ao estilo (gráfico 3) verifica-se o predomínio do “crítico”, seguido do “analítico-interpretativo/explicativo”. Registamos ainda que os restantes estilos tiveram uma presença muito residual na avaliação dos colunistas.

Gráfico 3: Estilo por anos



Em relação ao tom (gráfico 4), salienta-se o “claramente negativo” em todos os anos analisados. Verificamos, também, que o tom “equilibrado” foi sendo cada vez mais acompanhado pelos tons mais favoráveis. Ao longo dos anos é visível o aumento de artigos de opinião escritos no tom “claramente positivo”.

Gráfico 4: Tom por anos



No cruzamento destes indicadores concluímos que, entre 2000 e 2005, o Governo e os actos de governação foram abordados de forma extramamente depreciativa, sendo destacada a dimensão tática, estratégica e oportunista da política. Paralelamente, ainda que de forma muito menos expressiva, encontramos um conjunto de comentários que visam dar a compreender o contexto da governação, analisando e explicando os contornos das questões de substância.

Estes resultados suscitam-nos várias questões: será que o Governo foi abordado sempre da mesma forma ao longo dos anos, independentemente da cor política ou encontramos variações no tom avaliativo em função do partido e do líder que se encontra em funções? E será que no início e fim de cada mandato conseguimos identificar as fases de “lua de mel” e “espiral de declínio” (Brody, 1991; Ferin, 2006^a e 2006^b) presentes na cobertura jornalística dos líderes políticos?

Pelo facto de, em 6 anos, Portugal ter conhecido quatro Primeiro-Ministros de dois partidos diferentes, PS e PSD, a análise dos tons dos comentários (gráfico 4) permite-nos avaliar com segurança se se verificou ou não uma correlação entre a opinião produzida e a cor partidária do executivo.

Entre 2000 e 2005 o nosso país conheceu três governos e quatro Primeiros-Ministros. Entre 2000 e 2001 o Governo PS foi liderado por António Guterres. Entre 2002 e início de 2005 o Governo PSD-CDS foi liderado primeiro por Durão Barroso e depois por Pedro Santana Lopes, entre Julho e Fevereiro, mês em que ocorreram novamente eleições legislativas, que conduziram o PS novamente ao Governo, liderado por José Sócrates.

O gráfico 4 permite-nos concluir que o posicionamento adversarial dos comentadores face ao Governo é constante e independente do partido e da liderança do executivo. Os dados revelam-nos ainda que, contrariamente aos *media* noticiosos, os comentadores não concedem um período de tréguas, a *honeymoon* como lhe chama Brody, na forma como fazem a análise do executivo.

Segundo este autor, o período de “estado de graça” está correlacionado com as expectativas que normalmente se depositam num novo Governo, simbolizando uma nova oportunidade e um renovar da esperança. O negativismo constante dos comentadores é indicador duma descrença generalizada no executivo. Esta conclusão suscita-nos uma questão: a apreciação, maioritariamente negativa, influencia e contribui para reforçar nos leitores a desconfiança face ao executivo e à sua incapacidade de resolver os problemas mais relevantes do país?

3.2. Eleições

Nas [democracias](#) representativas os actos eleitorais correspondem aos processos pelos quais os cidadãos escolhem através do voto os projectos políticos para exercerem o poder. As eleições revestem-se de particular importância, pois são momentos em que os cidadãos têm a possibilidade de intervir directamente no rumo político do país, ao escolherem os seus representantes. São também a forma legal em democracia de assegurar a renovação política e conferir legitimidade aos mandatos dos representantes eleitos.

A primeira metade do novo milénio foi pródiga em actos eleitorais. Em seis anos registaram-se seis eleições: duas autárquicas (2001 e 2005), duas legislativas (2002 e 2005), umas presidenciais (2001) e outras para o Parlamento Europeu (2004). Esta temática foi objecto de debate no espaço «Opinião» em 604 comentários. Vejamos agora como é que os comentadores da imprensa de referência portuguesa debateram o tema.

No quadro 2 destacamos os temas secundários que mais foram discutidos em torno da temática das eleições. Em primeiro plano surgem-nos os artigos de opinião em torno das legislativas e das presidenciais. Em segundo plano as autárquicas e, em terceiro, a avaliação sobre a participação e envolvimento dos portugueses na política.

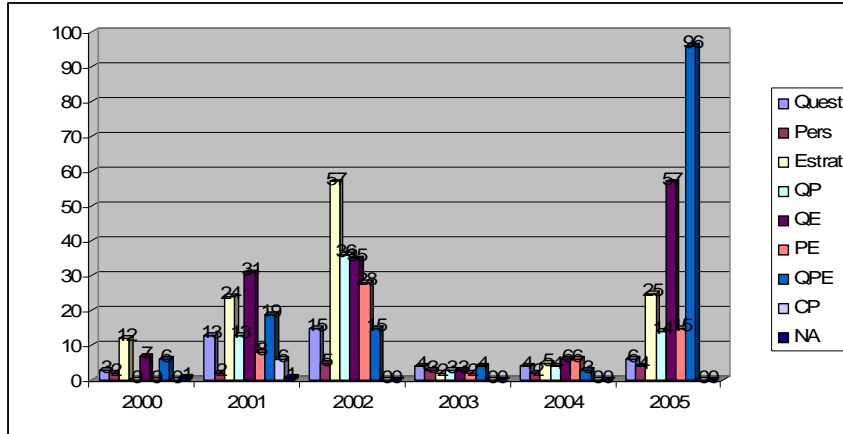
Quadro 2: Temas Secundários

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Economia	0	0	9	0	0	7	16
Sistema Político	0	0	4	0	0	12	16
Presidenciais	29	60	4	17	7	55	172
Autárquicas	2	27	3	0	2	21	55
Participação Pol	0	16	2	0	0	4	22
Legislativas	0	1	150	1	0	78	230
Europeias	0	0	0	3	9	3	15

O quadro permite-nos verificar a importância concedida pelos comentadores às eleições presidenciais. A quantidade de artigos de opinião sobre o tema deve juntar-se a presença constante desta questão em todos os anos analisados, ainda que só se tenha verificado umas eleições para a Presidência da República, em 2001, e estivessem também em perspectiva as eleições presidenciais de 2006.

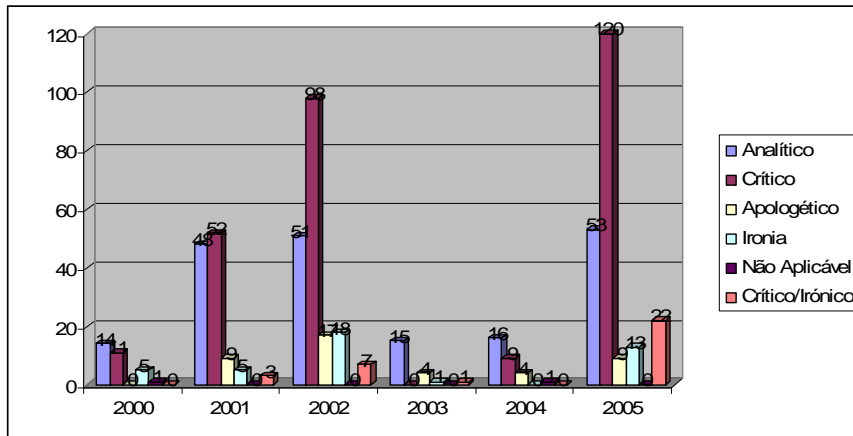
No que diz respeito aos enquadramentos (gráfico 5) não encontramos nenhum padrão a orientar o debate nas páginas de opinião. Verificamos que ao longo dos anos, os enquadramentos adoptados são diferentes e até 2004 há uma grande dispersão na forma como o tema é enquadrado. Em 2005, no entanto, parece que se verifica uma certa homogeneidade no tratamento por parte dos comentadores, na medida em que o enquadramento “questão/substância-personalidade-estratégia” destaca-se claramente face às restantes orientações.

Gráfico 5: Enquadramento/Orientação por anos



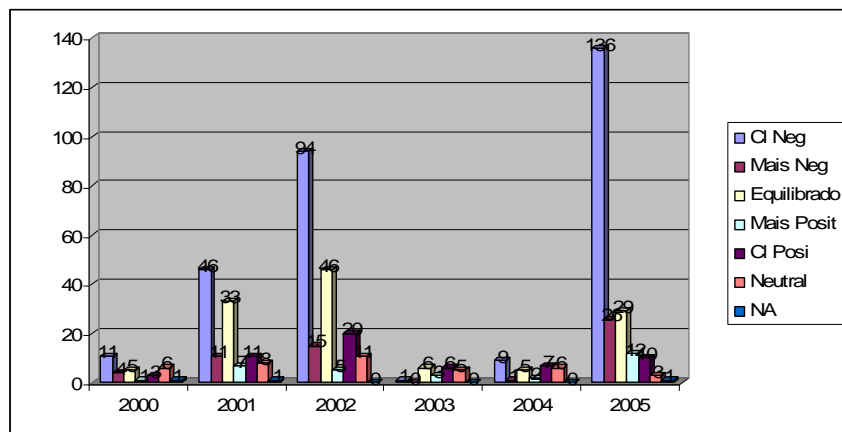
Tal como em relação aos restantes temas em análise, o debate sobre as eleições foi feito predominantemente no registo crítico (gráfico 6). Num perspectiva longitudinal, percebemos que este estilo se foi distanciando cada vez mais do registo analítico, cuja presença era elevada nos primeiros anos.

Gráfico 6: Estilo por anos



O tom predominante (gráfico 7) foi o “claramente negativo”. Os dados permitem-nos também verificar que, ao longo dos anos, a dispersão nos vários tons dominou, convergindo para o tom mais desfavorável.

Gráfico 7: Tom por anos



Em jeito de síntese concluímos que os comentários sobre as eleições enfatizam a dimensão estratégica, a dimensão da luta política, cruzada com a substância das questões, num estilo predominantemente crítico e num tom claramente negativo.

Num primeiro nível de análise concluímos que a abordagem feita pelo espaço «Opinião» é muito próxima dos padrões de cobertura jornalística sobre as campanhas eleitorais (Graber, 2000; Patterson, 2003; Serrano, 2006). Num segundo nível enfatizamos a duplicação entre o registo informativo e o de opinião, em vez da suposta complementaridade entre os géneros. A ausência de diversidade e esclarecimento nas colunas de opinião coloca em causa a sua função de agente formador da Opinião Pública, contribuindo, antes, para o reforço de um determinado discurso negativo e descredibilizante da política e de um dos actos de democracia mais relevantes como são as eleições.

4. A Política do Comentário

Esta breve exposição dos dados permite-nos identificar alguns traços do debate que ocorre no espaço «Opinião» da imprensa de referência portuguesa e perspectivar o que caracterizamos por política do comentário. A democracia define-se, entre outras dimensões, pela autonomia das suas instâncias e pela qualidade do debate público. Neste sentido, a qualidade do regime também é aferida pela diversidade dos temas e pela permanência dos assuntos no espaço «Opinião».

A actualidade jornalística define-se em torno da novidade, que é um tipo de informação recente. Este valor orienta, organiza e hierarquiza a agenda dos *media* e as demais componentes da agenda pública (Fontcuberta, 1999). A velocidade e complexidade do mundo contemporâneo fazem com que, cada vez

mais, sucedam ocorrências consideradas dignas de destaque jornalístico, diminuindo a permanência de cada questão no topo da agenda mediática, bem como a sua possibilidade de aprofundamento (Cornu, 1994; Graber, 2000; Patterson, 2000, 2003).

Por seu turno, o processo político é uma prática colectiva, cuja captação da atenção passa pelo processo de identificar interesses comuns, persuadir outros, transformar posições prévias e dar forma a interesses e necessidades. Todo este processo é lento. É preciso tempo para compreender as questões, agregar e definir consensos em torno de uma decisão (Habermas, 1984; Meyer, 2002; Pissarra Esteves, 2004; Silveirinha, 2004).

Para que a sociedade possa decidir e deliberar precisa de tempo. A concepção normativa da formação da decisão política e da Opinião Pública institucionalizaram-se, assim, em torno do tempo longo. Desta forma, o exercício político tem uma lógica própria e distinta dos ritmos e tempos dos *media*. Por isso, a cobertura jornalística tende a valorizar a luta, as crises, o conflito políticos, porque são momentos de elevada dramaticidade e porque são mais simples de relatar do que o exercício e o processo de decisão políticos (Graber, 2000; Patterson, 2000, 2003):

A relevância do critério da actualidade e o afunilar dos temas da agenda dos comentadores em torno da actividade e actores institucionais políticos são duas características relevantes para a definição do espaço «Opinião» que, num sentido mais amplo e profundo, se traduzem em indicadores para avaliar a qualidade da democracia portuguesa.

Por outro lado, os dados são igualmente reveladores de uma forte homogeneidade da agenda dos comentadores e das opiniões que circulam no espaço «Opinião» da imprensa de referência portuguesa. Registámos uma elevada estabilidade da narrativa do comentário, das opiniões e valores sobre a política portuguesa. Verificámos que o criticismo e o negativismo foram a tónica dominante num debate que enfatiza enquadramentos que cruzam a substância dos temas com performances estratégicas.

Esta constatação suscitou-nos uma nova interrogação. Quer isto dizer que estamos perante um grupo com uma elevada capacidade de produzir consenso em torno das questões públicas ou existirão outros tipo de factores explicativos que justifiquem a elevada homogeneidade neste Espaço Público?

Uma grande maioria dos colunistas são comentadores profissionais, exercem esta função há largos anos e de forma regular, todavia, ser comentador não é uma profissão: não tem um código de conduta escrito, um corpo de conhecimentos, uma autoridade profissional e uma cultura profissional (Soloski in Traquina, 1993). No entanto, apesar de serem um grupo constituído por individualidades com diversas proveniências e não possuírem um enquadramento partilhado de referências, a homogeneidade verificada a vários níveis, de onde destacamos a opinião sobre a “Política Nacional”, leva-nos a explicar o que aparentemente poderia ser encarado como a visão “mais correcta”, por ser a dominante, como uma consequência do facto de

encararmos os comentadores como uma “comunidade interpretativa”, tal como Zelizer (2000) caracteriza a profissão jornalística.

O convívio profissional e informal de jornalistas de diferentes publicações em variados eventos e a espera para a realização da cobertura jornalística permite-lhes conviver, trocar opiniões e construir conjuntamente a interpretação dos acontecimentos. Este “pack journalism”, como lhe chama Zelizer, produz leituras semelhantes da realidade, mas mais do que traduzir um trabalho objectivo e o profissionalismo jornalístico, é revelador dos mecanismos de construção colectiva de sentido pelos quais os jornalistas definem a realidade e é o que os torna uma comunidade cultural transversal.

Os jornalistas estão unidos, enquanto comunidade interpretativa, por um discurso partilhado e pelas interpretações colectivas de determinados acontecimentos-chave. É exactamente neste sentido que consideramos o universo dos comentadores como uma comunidade interpretativa. Através de canais como conversas informais, lerem-se uns aos outros, verem os mesmos programas, participarem nos mesmos debates, os comentadores constroem uma forma discursiva partilhada de comentar a realidade.

Tal como os jornalistas, os comentadores estão envolvidos num processo ininterrupto através do qual criam um reportório de interpretações. Adaptando as palavras de Barbie Zelizer sobre o trabalho jornalístico, ser comentador não é só uma “forma de vida, é também um quadro mental”.

Neste sentido, a consonância das opiniões dos comentadores pode derivar mais da sua definição como comunidade cultural transversal, que ultrapassa o jornal com o qual colaboram. Este entendimento do universo dos comentadores tem um impacto elevado nas expectativas da pluralidade de visões no espaço «Opinião» da imprensa de referência.

Tendo em conta as características referidas do espaço «Opinião» na imprensa de referência, podemos questionar as possibilidades de debate na sociedade portuguesa. O debate público estruturado pela lógica mediática coloca em causa a sua condição como lugar de representação, de simbolização e de leitura dos objectivos políticos da sociedade.

A sobrevalorização do discurso jornalístico, como instância que define e legitima as discussões públicas, sobrepõe o “tempo rápido” sobre qualquer outro enfoque de carácter estrutural ou simplesmente complexo que escape ao código dominante do momento. A mediatização converte-se em legitimação e a rapidez com que a discussão ocorre e desaparece no espaço «Opinião» indica-nos que também ele se deixou contaminar pela voracidade mediática. A “polémica-soft” definida em contra-relógio e com uma reduzida diversidade, dificilmente proporciona um debate de qualidade, informativo e esclarecedor (Habermas, 1984; Graber, 2000; Patterson, 2000, 2003; Rosen, 2003; Pissarra Esteves, 2004; Silveirinha, 2004).

Por sua vez, os inquéritos sobre os valores políticos dos portugueses (Freire *et al*, 2004) destacam os sentimentos de indiferença, descontentamento e desconfiança em relação ao funcionamento das instâncias

de representação democrática, nomeadamente a ineficácia governativa. A distância entre os partidos políticos e os portugueses revela-se a vários níveis: na diminuição da filiação partidária e do empenho e participação nas actividades partidárias; na mudança do sentido de voto entre eleições e no aumento dos níveis da abstenção (Freire *et al*, 2004).

Os dados dizem-nos que a generalidade dos portugueses tem pouco interesse no debate político e que estão cada vez mais afastados das instituições políticas tradicionais. Estes resultados indicam-nos quão distante a agenda dos comentadores está da agenda das prioridades dos portugueses e como os comentadores parecem constituir um micro-cosmos na sociedade portuguesa.

Tal como já assinalámos, o debate no espaço «Opinião» centrou-se no contexto, actores e actos institucionais que caracterizam a concepção tradicional da política. Em discussão esteve o confronto entre a dimensão normativa que define formalmente o regime democrático e a dimensão instrumental que orienta as motivações dos actores institucionais: os políticos, os governantes e os partidos.

Se num primeiro nível de análise, tal pode significar uma consonância de valores políticos e sentimentos (ainda que numa opinião negativa) face ao regime democrático, entre os comentadores e a sociedade portuguesa, num segundo nível de análise consideramos que tal percepção por parte da Opinião Pública afasta mais do que aproxima. Vejamos porquê.

Os comentadores são figuras conhecidas da sociedade portuguesa, cuja pertença aos campos de poder, nomeadamente político, é do domínio público. Ainda que uma parcela elevada do público-leitor dos jornais de referência seja composta pelos grupos dirigentes, a maioria desse universo é composta pelas classes médias (Anuário do Observatório da Comunicação, 2004; Faustino, 2004; Dados da Marktest, 2005) que sabe que não tem o poder de influência, intervenção e decisão política dos comentadores.

Em primeiro lugar, o discurso crítico, evidenciando a ineficácia do regime e dos seus protagonistas, como é o dos comentadores, pode funcionar como mais uma instância de representação gorada. Os males apontados no espaço «Opinião» não são resolvidos nos espaços de poder que ocupam e esta percepção reforça nos indivíduos o sentimento que estas organizações não representam de forma relevante as suas necessidades e problemas. Um discurso, uma outra prática pode contribuir para o afastamento e aumento da desconfiança face aos actores políticos, bem como ao espaço «Opinião».

Em segundo lugar, a concentração do debate em torno da política tradicional e institucional circunscreve a discussão dentro do próprio campo político e ignora os cidadãos. Isto verifica-se porque a maioria dos artigos de opinião tem um cariz institucional que interessa a quem está dentro do sistema, mas também porque os comentários dão pouca relevância ao envolvimento dos cidadãos na discussão pública, ignorando-os como o terceiro vértice da comunicação política.

Este posicionamento leva a que este espaço simbólico contribua para o aumento da distância entre representantes e representados e para o desinteresse dos portugueses na vida democrática. O espaço «Opinião», enquanto Espaço Público, apresenta-se como mais um espaço político que gera nos portugueses sentimentos de vazio de representação (Magalhães in Freire *et al*, 2004; Cabral in Freire *et al*, 2004).

Noutra outra perspectiva da questão, constatámos que os comentadores têm um elevado interesse pela vida política, uma elevada exposição à informação, uma intervenção activa e constante, através do uso da liberdade de expressão no processo de formação da Opinião Pública, e uma parcela elevada dos comentadores estão directamente envolvidos no processo político. No entanto, a generalidade dos artigos de opinião revelam elevados índices de insatisfação em relação às instituições democráticas e seus representantes.

Todavia não consideramos que da parte dos colonistas isso deva ser interpretado como um sintoma de descrença na legitimidade do regime democrático, nem de governabilidade. Num determinado nível consideramos que os comentadores personificam os «democratas descontentes» (Klingemman, 1999 citado por Magalhães in Freire *et al*, 2004) ou «democratas insatisfeitos» (Norris, 1999 citada por Magalhães in Freire *et al*, 2004): “cidadãos crentes na superioridade dos ideais democráticos mas, independentemente disso, descontentes com o desempenho concreto das suas instituições políticas” (Magalhães in Freire *et al*, 2004: 336). A expressão pública do seu descontentamento no espaço «Opinião» poder ser, assim, entendida como uma forma de participação cívica com vista a consciencializar a Opinião Pública, incentivar reformas institucionais e melhorias nos mecanismos de representação democrática.

5. Conclusões

Magalhães (in Freire *et al*, 2004) afirma que as atitudes dos portugueses em relação à democracia são multidimensionais e independentes entre si, possibilitando a convivência de sentimentos de legitimidade (acreditar nos ideais democráticos), descontentamento e desafeição face aos comportamentos dos actores políticos e à ineficácia das instituições. No entanto, considera também que o perpetuar ou o agravar destes sentimentos pode vir a ter consequências negativas para a qualidade do regime democrático e para a crescente distância entre representados e representantes.

A análise sistemática dos comentários em articulação com a literatura da especialidade permite-nos contextualizar e compreender a lógica subjacente ao espaço «Opinião», o mesmo não se passará com a maioria dos leitores. Os comentadores são «autoridades cognitivas» (Sartori, 2000: 76) de elevado estatuto simbólico na sociedade. A sua permanência constante ao longo do tempo no espaço «Opinião» e em

diversos *media* confere-lhes poder no processo de formação da Opinião Pública e reforça a sua capacidade de influência social.

Neste sentido consideramos que o contacto continuado com os comentários de elevado criticismo e negativismo sobre a “Política Nacional” produz um efeito de reforço junto dos outros discursos públicos altamente descredibilizadores das instituições políticas e seus principais protagonistas. Junto de quem perfilha essa opinião pode contribuir para aumentar ou consolidar o universo dos «democratas desafectos» (Magalhães in Freire *et al*, 2004: 337). Quem não concorda com a Opinião dominante nos comentários, mas reconhece a relevância simbólica dos colunistas e assume a sua opinião como a dominante, pode entrar num processo de «espiral do silêncio» (Noel-Neumann, 1995).

Ambas as posições traduzem-se num afastamento dos cidadãos da vida política. E o espaço «Opinião», em vez de funcionar como uma instância agregadora de interesses sob a forma de debate público, “expulsa” e afasta de si um dos principais protagonistas da comunicação política: os portugueses, na dupla qualidade de cidadãos e leitores. Por outro lado, a velocidade, o negativismo e o unanimismo podem agir como poluentes do debate público. O espaço «Opinião» pode assim gerar, pouco mais do que “pseudo-debates” estruturados em “pseudo-polémicas”.

Bibliografia

Anuário Comunicação 2004-2005. Lisboa: Obercom.

BRODY, R.A. (1991). *Assessing the President: the Media, Elite Opinion and Public Support*. Stanford: University Press.

CORNU, D. (1999). *Jornalismo e Verdade. Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.

ESSER, F. e PFETSCH, B. (Eds.) (2004). *Comparing Political Communication. Theories, Cases and Challenges*. Cambridge: Cambridge University Press.

FAUSTINO, P. (2004). *A Imprensa em Portugal*. Lisboa: Media XXI.

FERIN, I. (2006a). Cobertura Jornalística de Fins de Mandato de Primeiros-Ministros: Tendências e Especificidades. *Actas do II Seminário Internacional Jornalismo e Actos de Democracia*. Lisboa: CIMJ, 122-149.

FERIN, I. (2006b). Tendências de Cobertura do Final de um Ciclo Político: Cavaco Silva (1994-1995). *Revista Comunicação & Cultura*, 2, 103-126.

FONTCUBERTA, M. de (1999). *A Notícia*. Lisboa: Editorial de Notícias.

FRANKLIN, M. (2003). Os Enigmas da Participação Eleitoral. *Análise Social*, 167, 321-338.

FREIRE, A. et al (Org.) (2004). *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GRABER, D. (2000). Para Onde Vai a Cobertura Televisiva das Eleições?. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, 181-192.

HABERMAS, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

JALALI, C. (2003). A Investigação do Comportamento Eleitoral em Portugal. *Análise Social*, 167, 545-572.

MAIR, P. (2003). Os Partidos Políticos e a Democracia, *Análise Social*, 167, 277-293.

MEYER, T. (2002). *Media Democracy*. Oxford: Polity Press.

NOEL-NEUMANN, E. (1995). *La Espiral del Silencio - Opinión Pública: Nuestra Piel Social*, Barcelona: Paidós.

NORRIS, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

PATTERSON, (2000). Serão os *Media* Noticiosos Actores Políticos Eficazes?. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, 75-96.

PATTERSON, T. (2003). Tendências do Jornalismo Contemporâneo. *Media & Jornalismo*, 2, 19-47.

PISSARRA ESTEVES, J. (2004). Espaço Público. In RUBIM, A. (Ed.), *Comunicação e Política. Conceitos e Abordagens* (pp.127-180). Salvador: Edufba.

- ROSEN, J. (2003). Tornar a Vida Pública Mais Pública. In TRAQUINA, N. e MESQUITA, M. (2003). *Jornalismo Cívico* (pp. 31-58). Lisboa: Livros Horizonte.
- SAPERAS, E. (1993). *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto: Asa.
- SARTORI, G. (2000). *Homo Videns. Televisão e Pós-Pensamento*. Lisboa: Terramar.
- SCHUDSON, Michael (1995). A «Esfera Pública» e os seus Problemas. Reintroduzir a Questão do Estado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, 149-166.
- SERRANO, E. (2005). *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001): padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais*. Lisboa: Edições Colibri.
- SIEGELMANN, L., e BULLOCK, D. (2000). Candidatos, Questões Políticas, Sensacionalismo e Corridas de Cavalo.. *Revista Comunicação & Linguagem*, 27, 109-130.
- SILVEIRINHA, M.J. (2004). Opinião Pública. In RUBIM, A. (Ed.) *Comunicação e Política. Conceitos e Abordagens* (pp. 409-449). Salvador: Edufba.
- SWANSON, D.L. e MANCINI, P. (Ed.) (1996). *Politics, Media and Modern Democracy. An International Study of Innovations in Electoral Campaigning and Their Consequencies*. Westport: Praeger.
- TRAQUINA, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Veja Editora.
- WOLF, M. (1987). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Presença.
- ZELIZER, B. (2000). Os Jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista Comunicação & Linguagens*, 27, 33-61.